



CÂMARA MUNICIPAL
POTIRENDABA
ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO N° 249/82
de 03.12.1.982

Fixa e Renumeração dos Vereadores

A CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRENDABA, Resolve e o nesse promulga a seguinte Resolução...

Art. 1º. Fica fixado a partir do 1º de fevereiro de 1.983, até o término da presente Legislatura a renumeração dos Vereadores da Câmara Municipal de Potirendaba, observadas as disposições contidas na Lei Complementar n° 25, de 2 de julho de 1.975.

Art. 2º. A renumeração, compreendendo a Subsídio (parte Fixa e parte Variável), Correspondentes as Sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais.

Parágrafo único. A renumeração mínima dos Vereadores corresponderá a 3% (três por cento) do que o igual título for pago aos deputados estaduais, dividida igualmente entre parte fixa e parte variável.

Art. 3º. A renumeração, tanto a parte fixa como a variável, será paga mensalmente.

Art. 4º. A parte variável do subsídio será dividida pelo comparecimento do Vereador as Sessões, com participação nos votos.

Parágrafo único. O valor de cada sessão ordinária será obtido dividindo-se o total da parte Variável pelo número das que forem programadas durante o mês, descontando-se o valor destinado as extraordinárias, solenes e especiais.

Art. 5º. A atualização da renumeração dos Vereadores será em decorrência dos reajustes da renumeração dos deputados estaduais e far-se-á por Ata de Mesa.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta de recursos orçamentários próprios, suplementados se necessário.

Art. 7º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do 1º de fevereiro de 1.983.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRENDABA, 1º de dezembro de 1.982.

(s) Angelo Martins Sanches
Presidente
Domingos Fernandes Filho
1º secretário
Francisco Messias
2º secretário



CÂMARA MUNICIPAL
POTIRENDABA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°.05/82

Fixa a Remuneração dos Vereadores

A CÂMARA MUNICIPAL RESOLVE:

Art. 1º. Fica fixado a partir de 1º. de fevereiro de 1.983, até o término da presente Legislatura a remuneração dos Vereadores da Câmara Municipal de Potirendaba, observadas as disposições contidas na Lei Complementar n°.25, de 2 de julho de 1.975.

Art. 2º. A remuneração, compreendendo o Subsídio (parte Fixa e parte Variável), correspondentes as Sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais.

Parágrafo único - A remuneração mínima dos Vereadores corresponderá a 3% (três por cento) do que, a igual título for paga aos deputados estaduais, dividida igualmente entre parte fixa e parte variável.

Art. 3º. A remuneração, tanto a parte fixa como a variável, será paga mensalmente.

Art. 4º. A parte variável do subsídio será dividida pelo comparecimento do Vereador às Sessões, com participação nas votações.

Parágrafo único - O valor de cada sessão ordinária será obtido dividindo-se o total da parte variável pelo número das que forem programadas durante o mês, descontando-se o valor destinado as extraordinárias, solenes e especiais.

Art. 5º. A atualização da remuneração dos Vereadores será em decorrência dos reajustes da remuneração dos deputados estaduais e far-se-á por Ato da Mesa.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta de recursos orçamentários próprios, suplementados se necessário.

Art. 7º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º. de Fevereiro de 1.983.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRENDABA, 1º de dezembro de 1.982.

Angeilo Martins Sanchez
Angeilo Martins Sanchez
Presidente

Domingos Fernandes Filho
Domingos Fernandes Filho
1º. secretário

Francisco Messiano
Francisco Messiano
2º. secretário